



Alinhamento e estratégias de relativização* *Alignment and relativization strategies*

Roberto Gomes CAMACHO**
(Universidade Estadual Paulista - UNESP)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é examinar a hipótese de que a seleção entre as diferentes estratégias de relativização disponíveis na gramática do português é motivada por um grau maior ou menor de transparência entre forma e conteúdo, o que implica, correlativamente, grau maior ou menor de facilidade no processamento cognitivo. Além disso, os diferentes graus de transparência permitem postular uma ordenação hierárquica das estratégias em correspondência a diferentes graus de facilidade no processamento cognitivo. Essa hipótese tem como base o princípio postulado por Comrie (1989), segundo o qual se uma língua dispõe de uma estratégia mais explícita e de uma estratégia menos explícita para a construção de relativas, o tipo mais explícito seria empregado para relativizar as posições mais baixas e o tipo menos explícito, para relativizar

*. Agradeço às valiosas contribuições e sugestões de um parecerista anônimo. Os problemas que porventura restarem são, todavia, de minha inteira responsabilidade.

** . Este trabalho é um resultado parcial do projeto *O papel das estratégias de relativização no processamento discursivo*, que desenvolvi junto ao CNPq na qualidade de Bolsista de Produtividade em Pesquisa, nível 1C.

as posições mais altas. Um conceito que tem muita afinidade com esse princípio é o de alinhamento, postulado por Hengeveld e Mackenzie (2008) para representar o modo como unidades pragmáticas e semânticas não hierarquicamente relacionadas se projetam sobre as unidades morfossintáticas e fonológicas; em outros termos, como o processo de codificação reflete as motivações do processo de formulação.

Palavras-chave: *construção relativa; transparência; iconicidade; economia.*

ABSTRACT

This paper aims at examining the hypothesis that the choice among the different strategies of relativization available in Portuguese grammar is motivated by a lesser or greater degree of transparency between form and meaning correlating with a lesser or greater degree of ease in cognitive processing. In addition, the different degrees of transparency allow the postulation of a hierarchical ordering of the strategies in correspondence with different degrees of ease in cognitive processing. This hypothesis is based on the principle postulated by Comrie (1989), which states that if a language has a more explicit relativization strategy and a less explicit one, the more explicit type would be used to relativize the lower positions on a scale of grammatical relations and the less explicit type would be used to relativize the highest ones. A concept that fits well to this principle is alignment, postulated by Hengeveld and Mackenzie (2008) to represent the way pragmatic and semantic units, which are not hierarchically related, map onto morphosyntactic and phonological units; in other terms, the way the encoding process reflect the motivations of the formulation process.

Key-words: *relative construction; transparency; opacity; iconicity; economy.*

1. Introdução

No português falado, a construção de uma oração relativa envolve três aspectos relevantes: (a) a seleção do conectivo; (b) o emprego de preposições nas situações em que elas são requeridas; (c) a marcação adicional de caso semântico.

Quanto à escolha do conectivo, relativizar a posição de genitivo, por exemplo, pode implicar tanto a escolha de um pronome relativo, que já estabelece simultaneamente a função de possuidor em (1a), quanto o uso de uma estratégia mais direta com um Complementador, ou conjunção simples, acompanhado ou não de um SP de posse na posição canônica pós-nuclear em (1b).

- (1) a e fica mais fácil para o próprio empresário também trabalhar dentro de um **orçamento** cujos, **cujos índices de inflação** são extremamente menores do que daqueles, ah, que nós encontrávamos antes do plano real. (Bra95:PlanoReal)*
- b e fica mais fácil para o próprio empresário também trabalhar dentro de um **orçamento** que **os índices de inflação (dele/Ø)** são extremamente menores do que daqueles, ah, que nós encontrávamos antes do plano real.

Quanto ao emprego de preposições, elas podem ser requeridas em funções sintáticas de dativo e de oblíquos em geral, tornando visível, simultaneamente, a marcação adicional de caso semântico; podem ser alternativamente apagadas com a inserção simultânea de um Complementador e copiadas ou não na posição canônica logo após o predicado; o primeiro caso, incluído em (2a), identifica a variante padrão, o segundo caso, incluído em (2b), identifica uma variante copiadora e finalmente o terceiro caso, incluído em (2c), identifica uma variante cortadora (Tarallo 1983).

- (2) a e então, peixe que ficou hoje **com o qual** o pescador luta, mesmo que for um dia, dois, três dia é coiso, é agulha-sombra
- b e então, peixe que ficou hoje **que** o pescador luta **com ele**, mesmo que for um dia, dois, três dia é coiso, é agulha-sombra (To-Pr96:Pesca)
- c e então, peixe que ficou hoje **que** o pescador luta (**Ø**), mesmo que for um dia, dois, três dia é coiso, é agulha-sombra

*. Entre parênteses, os dados de referência ao *cópus Português Falado - Documentos Autênticos: Gravações áudio com transcrição alinhada* de onde foram extraídos os exemplos. Esse *cópus* foi levantado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), que representa amostras de variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Macau. Dos exemplos de (1), apenas o de (1a) é uma ocorrência real, enquanto (1b) foi construída para ilustrar uma estratégia alternativa. Para marcar a diferença entre ocorrências reais e ocorrências manipuladas, somente a primeira receberá indicação de fonte.

A estratégia cortadora, que relativiza as posições de sujeito e de objeto (Tarallo, 1983) de (3a-b) é similar à de pronome relativo quanto ao estatuto padrão ou não padrão. A diferença entre as duas está na opção entre a inserção (3a e 3b) ou não de pronome-cópia (3a' e 3b') nos contextos de correferência.

- (3) a **aqueles (homens)** que trabalhavam efectivamente a terra não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida (PT97: Trabalho Posse Terra)
- a' **aqueles (homens)** que **eles** trabalhavam efectivamente a terra não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida
- b você concorda então com essa, a, essa, toda essa **campanha que o**, a Fundação Roberto Marinho vem fazendo (Bra80:ArteUrbana)
- b' você concorda então com essa, a, essa, toda essa **campanha que o**, a Fundação Roberto Marinho vem fazendo **ela**.

Em todos os casos em que estiver inserida, a cópia pronominal de (1b), (2b), (3a'-b') recupera o caso sintático e o caso semântico não marcado na posição do relativo (Faria; Duarte 1989; Kato 1996).

Embora incomuns, a inserção de pronome-cópia nas relativas de sujeito e de objeto (4a-b) pode representar um reflexo de construções simples de Tópico, chamadas por Kato (1996) de deslocamento à esquerda, como as de (5a-b).

- (4) a Aquela menina [**que ela** está sempre apressada] acabou de perder o ônibus.
- b Aquela menina [**que** você viu **ela** no cinema] está sempre apressada.
- (5) a **Aquela menina, ela** está sempre apressada.
- b **Aquela menina,** você viu **ela** no cinema.

De um ponto de vista tipológico, Keenan (1985) e Comrie (1989) reconhecem quatro estratégias usadas para codificar a modificação complexa realizada pela relativa, conforme o tipo de relação de correferência entre o núcleo e a variável relativizada: (i) de lacuna (*gap*), (ii) de retenção pronominal (*pronoun-retention*), (iii) de pronome

relativo (*relative pronoun*) e (iv) de não-redução (*non-reduction*). O português dispõe da estratégia de pronome relativo como a construção padrão (2a) e duas alternativas não padrão, que poderiam, talvez, ser identificadas como estratégia de retenção pronominal, identificadas por Tarallo (1983) como copiadora e estratégia de lacuna, identificada por Tarallo (1983) como variante cortadora, conforme aparece em (2b) e (2c), respectivamente.

Uma comparação entre a estratégia de pronome relativo de (2a) e a de retenção pronominal de (2b) revela que esta é mais eficaz do que aquela nas línguas que a contêm, em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas da Hierarquia de Acessibilidade (doravante HA) de Keenan e Comrie (1977), exposta na Figura 1.

SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBLÍQUO > GENITIVO > OBJETO DE COMPARAÇÃO

Figura 1 – Hierarquia de Acessibilidade (Keenan; Comrie 1977: 68)

Essa hierarquia foi originalmente proposta para apreender a distribuição tipológica das possibilidades sintáticas de relativização. Da esquerda para a direita da HA, a relativização se torna mais restrita e tipologicamente mais rara. A estratégia de lacuna é usada mais frequentemente na relativização de relações gramaticais de sujeito e objeto¹, enquanto a de retenção pronominal se aplica a relações gramaticais de oblíquo para baixo na hierarquia. O que não é atestado nas línguas é a situação inversa.

Essa questão intrigante, levantada, no Brasil, por Mollica (1977; 1997) e, de uma perspectiva diferente, por Kato (1981) e, no exterior, por Dik (1997) aponta para uma correlação entre a possibilidade transistêmica de posições relativizáveis e a facilidade cognitiva do processamento de informação. É a essa motivação, relacionada à questão da transparência e da opacidade das línguas (Hengeveld, 2011), com

1. Na abordagem do português, costuma-se restringir a estratégia de lacuna ou cortadora a posições preposicionadas de relativização, como as de oblíquo e de objeto indireto. Prefiro considerar aqui que as relativas de sujeito e de objeto sem pronome-cópia (3a-b) consistem igualmente em estratégias de lacuna, especialmente quando comparadas a estratégias de retenção pronominal (3a'-b').

base nas relações de alinhamento entre os níveis de análise, que este trabalho pretende, no final, recorrer para explicar o comportamento das relativas no uso real.

O trabalho pioneiro sobre relativas não padrão realizado sobre o português brasileiro (PB) foi realizado por Mollica (1977), mas é principalmente Tarallo (1983) que tem sido referência, ou ponto de partida obrigatório, para quem se interessa por estudar a oração relativa no PB e nas demais variedades do português. Seu estudo seminal tem inspirado outros trabalhos sobre as estratégias de relativização, como os de Longo (1994), Kato (1996) e Kato, Braga et alii (1996), em que, ou se desenvolveram aspectos relevantes, pouco explorados por Tarallo (1983), ou se postularam interpretações diferentes para o sistema de relativização do PB. Na linguística portuguesa, destacam-se Brito (1991) e Raposo (1992) e Brito e Duarte (2003).

Todos os estudos que se seguiram cronologicamente ao de Tarallo (1983) – bem como o próprio – se enquadram no paradigma gerativo. A esse propósito, vale lembrar que os estudos gerativos se debruçam exclusivamente sobre a natureza sintática das orações, circunscrevendo-se, no estudo das relativas, às restritivas e às livres. Pouco espaço é, em geral, destinado ao estudo das apositivas ou não restritivas, justamente pelo fato de a teoria gerativa não ter a preocupação de ver a língua enquanto discurso, mas somente enquanto estrutura formal. Além disso, essa abordagem pressupõe o deslocamento de constituintes ao longo da estrutura formal, modo de representação não admitido por teorias funcionais, como a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2008) ².

A abordagem funcionalista implica extrapolar os limites de mesmo fenômeno expandindo-os para além das relações formais, de natureza morfossintática. Essa ampliação considera relevantes as motivações pragmáticas e semânticas, entendidas como pertencentes ao Nível Interpessoal e ao Nível Representacional na concepção de gramática proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008).

2. Apesar do tom caracteristicamente transformacional, emprego aqui as expressões “copiadora” e “cortadora” em função de seu uso generalizado na literatura linguística. Outro termo amplamente usado aqui é “estratégia”, herança da perspectiva tipológica de Keenan e Comrie (1977).

Seriam essas alternativas em uso nas variedades do português diferentes estratégias usadas para facilitar o processamento cognitivo? É a essa pergunta que este trabalho pretende dar alguma resposta convincente, debruçando-se, para tanto, sobre exemplos reais, recolhidos da amostra do Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (Bacelar do Nascimento 2006) e sobre exemplos manipulados, tomados apenas como evidência qualitativa. Para diferenciar as ocorrências reais das construídas, somente os exemplos reais recebem indicação da fonte, diferenciando-se, assim, de exemplos construídos.

Este trabalho acha-se organizado da seguinte maneira: a seção 2 identifica o fenômeno e fornece as principais hipóteses de trabalho; a seção 3 reflete sobre a relação entre processamento cognitivo das construções relativas e a relação de transparência entre forma e conteúdo; a seção 4 discute o modo como as estratégias de relativização recebem uma codificação morfosintática com base em motivações pragmáticas e semânticas; as considerações finais apresentam algumas generalizações relevantes derivadas da discussão de usos reais.

2. Escopo e hipóteses do trabalho

A hipótese de facilidade de processamento permite postular uma ordenação das estratégias em que prevaleceriam as relativas de retenção pronominal, cognitivamente mais fáceis de serem processadas em virtude de tornarem visíveis as funções sintáticas na ordem canônica SVO pela recursividade referencial manifestada pelo pronome-cópia (2b). A estratégia de lacuna (2c), que teria um zero anafórico numa de suas posições sintáticas, viria em segundo lugar e, por fim, a estratégia de pronome relativo (2a).

Um problema para essa interpretação é o progressivo desaparecimento das relativas de retenção pronominal em proveito das relativas de lacuna. Apesar de ter a frequência de uso reduzida, a resistência da estratégia de retenção pronominal é plenamente justificável. Ela era muito comum no português medieval, e seu uso no PB resultou da implantação da colonização portuguesa em terras brasileiras no séc.

XVI. Além disso, o tratamento diacrônico de Tarallo (1983) mostra que, no PB, essa variante vem gradativamente perdendo espaço para a de lacuna.

Nas estratégias de retenção pronominal e nas de lacuna, mesmo as que relativizam as posições de SU e OD, o elemento conectivo pode ser interpretado como um Marcador de Relativização (MR), conforme afirma Dik (1997) ou como Complementador (Tarallo 1983; Brito 1991), não como um verdadeiro pronome, cujo emprego ficaria restrito justamente à estratégia de pronome relativo.

A estratégia de lacuna com *que* complementador ficaria reservada para as posições mais altas da HA (Figura 1) e a estratégia de pronome relativo, que manifesta marcação explícita de caso, ficaria reservada para as posições sintáticas mais baixas. Já estratégia de retenção pronominal, que também manifesta marcação explícita de caso, também se aplicaria às posições mais baixas da HA (Figura 1).

Essa hipótese tem como base o princípio postulado por Comrie (1989), segundo o qual se uma língua dispõe de uma estratégia mais explícita e de uma estratégia menos explícita para a formação de relativas, o tipo mais explícito seria empregado para relativizar as posições mais baixas e o tipo menos explícito, para relativizar as posições mais altas.

Essa generalização tem fundamento funcional, já que a relação entre o grau de dificuldade de relativizar uma posição e a necessidade correlativa de fornecer mais informação sobre a posição relativizada opera justamente na função cognitiva de facilitar a retomada da entidade previamente referida (Comrie 1989: 163).

Um conceito que tem muita afinidade com esse princípio é o de alinhamento, postulado por Hengeveld e Mackenzie (2008; 2009) para representar o modo como unidades pragmáticas e semânticas não hierarquicamente relacionadas se projetam sobre as unidades morfossintáticas e fonológicas; em outros termos, como o processo de codificação reflete as motivações do processo de formulação. No entanto, no alinhamento especificamente morfossintático, a organização das unidades não é um reflexo direto da organização dos dois níveis superiores, o Interpessoal e o Representacional, mas tem sua organização própria em termos de funções e de categorias morfossintáticas.

Tendo esse fenômeno como objeto de estudo e essas premissas como possíveis hipóteses explicativas, o escopo deste trabalho abrange a resposta às seguintes perguntas:

- (i) A seleção entre essas diferentes estratégias no português é reflexo de alinhamento, visto aqui como um grau maior ou menor de transparência entre forma e função?
- (ii) O grau maior de transparência entre forma e função facilita o processamento cognitivo?
- (iii) Haveria motivações funcionais em competição interagindo com a escolha das diferentes estratégias?
- (iv) É possível postular uma ordenação das estratégias correspondente a uma escala correlativa de gradação na facilidade de processamento?

A resposta a essas perguntas requer ainda a discussão, na seção 3, do conceito de transparência em relação ao de alinhamento, o que tornará mais acessível ao leitor a análise das evidências na seção 4.

3. Facilidade de processamento e transparência entre forma e conteúdo na GDF

O alto custo cognitivo da estratégia de pronome relativo, ilustrada especialmente em (1a) e (2a), parece determinar a quase exclusão de seu uso no registro informal. Um espaço privilegiado para explicar essa exclusão se localiza na relação de tensão entre transparência e opacidade de forma e conteúdo. Essa tensão assenta suas bases em relações de alinhamento entre categorias morfossintáticas, por um lado, e categorias pragmáticas e semânticas, por outro (Hengeveld; Mackenzie 2008; 2009). É necessário lembrar que a gramática na teoria Discursivo-Funcional (GDF) é organizada em quatro níveis, o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico (cf. Figura 2). Nesse modelo, o conceito de alinhamento tem a ver com o modo como a organização do Nível Morfossintático reflete a organização dos níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente, em termos de funções pragmáticas e de funções semânticas.

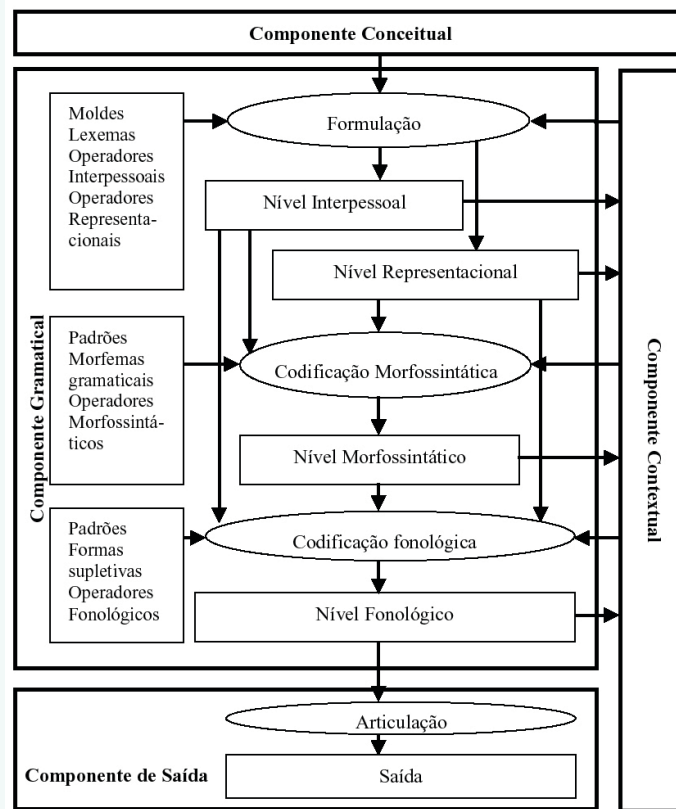


Figura 2 – Layout Geral da GDF (adaptado de Hengeveld; Mackenzie 2008:13)

A GDF se identifica com um modelo descendente (top-down) de gramática, o que significa que a construção de um enunciado se inicia com a intenção comunicativa de uma mensagem no Componente Conceitual; ainda nessa forma pré-linguística, a mensagem passa para o Componente Gramatical, onde é formulada em unidades de conteúdo pragmático e de conteúdo semântico e codificada em unidades formais de natureza morfossintática e fonológica.

Essa direção descendente é motivada pela suposição de que um modelo de gramática é tanto mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo. O modo descendente de organização implica que cada estágio ou componente por que passa a mensagem nesse processo constitui a entrada do estágio

ou do componente seguinte. Nesse caso, o Componente Conceitual fornece a entrada para o Componente Gramatical que, por sua vez, fornece a entrada para o Componente de Saída, onde a mensagem é finalmente articulada.

O Componente Conceitual é a força motriz do Componente Gramatical como um todo, uma vez que é ele o responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, quanto das conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. O Componente de Saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O Componente Contextual contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.

As elipses da Figura 2 representam as operações de Formulação e de Codificação e os retângulos, os níveis estruturais. Os quadrados à esquerda da Figura 2 contêm os primitivos, isto é, os blocos construtores de cada nível. Toda língua tem esses primitivos, mas cada qual dispõe de seu próprio inventário; assim, embora toda língua contenha lexemas, o inventário dos lexemas difere de uma língua para outra.

Na operação de Formulação, a mensagem pré-linguisticamente construída se converte nos primitivos dos dois níveis mais altos, o Nível Interpessoal e o Nível Representacional. Um conjunto relevante de primitivos envolvidos com esses dois níveis, os padrões (templates), definem as combinações possíveis de lexemas, que constituem, por sua vez, o segundo conjunto de primitivos do nível representacional, ou seja, as unidades semânticas distinguidas pela GDF. Além disso, todos os níveis, inclusive os dois mais altos, fazem uso de Operadores, ou seja, elementos gramaticais que se aplicam a unidades de seu respectivo nível.

Na operação de Codificação, os primitivos dos dois níveis envolvidos na Formulação se convertem em primitivos dos dois níveis mais baixos. Assim, a codificação morfossintática converte unidades de significado em unidades morfossintáticas e a codificação fonológica converte as unidades morfossintáticas em unidades fonológicas.

Em função de seu caráter simbólico, a linguagem humana é capaz, como se sabe, de tolerar um grau muito elevado de arbitrariedade;

entretanto, há também uma quantidade considerável de fenômenos que mostram certa homologia entre forma e conteúdo, um dos quais é a motivação icônica (Haiman 1985: 11). Nos termos da GDF, pode-se perceber a atuação do Princípio de Iconicidade no modo como a ordem de codificação morfossintática reflete a mesma ordem das categorias nas dimensões interpessoal e representacional. Para respeitar esse princípio, na codificação morfossintática da relação representacional entre núcleos e modificadores, por exemplo, o modificador deve aparecer adjacente ao núcleo.

Outro Princípio que constrange o Nível Morfossintático a refletir a organização dos níveis mais altos que lhe servem de input é o de Integridade de Domínio, que se refere a uma tendência, em termos tipológicos, para que unidades que, juntas, pertencem ao Nível Interpessoal ou ao Nível Representacional, apareçam também justapostas umas a outras no Nível Morfossintático (Hengeveld; Mackenzie 2008: 285).

A preservação do Princípio de Estabilidade Funcional, por seu lado, requer que constituintes com a mesma especificação interpessoal ou representacional sejam alocados na mesma posição em relação a outras categorias. Em Turco, por exemplo, um constituinte na função de Foco é colocado na posição imediatamente pré-verbal.

Essas motivações contribuem para maximizar o paralelismo entre as estruturas, encarecendo a transparência e, conseqüentemente, a facilidade de interpretação da estrutura linguística (Hengeveld; Mackenzie 2008: 283). A transparência representa a situação extrema em que uma língua exibiria uma relação consistentemente biunívoca entre unidades formais e unidades de conteúdo³. E se, considerássemos, de fato, a função geral de instrumento de comunicação, é justamente desse grau máximo de transparência que uma língua deveria dispor para atingir eficiência na situação de interação.

No entanto, a sensibilidade do Nível Morfossintático às motivações representacionais e interpessoais, não implica a existência de projeções biunívocas entre as categorias dos níveis envolvidos com a Codificação e as categorias dos níveis envolvidos com a Formulação, justamente

3. “Conteúdo” aqui deve ser interpretado como tendo conteúdo pragmático e semântico, embora seja mais adequadamente aplicável ao semântico.

porque as línguas diferem consideravelmente, de uma perspectiva tipológica, no modo como codificam os mesmos traços interpessoais e representacionais.

A opacidade resistente às motivações funcionais decorre do fato de dispor o Nível Morfossintático de seus próprios princípios de organização, o que ocorre quando, por exemplo, a uma língua se impuser um padrão de ordenação arbitrário que não pode ser considerado funcionalmente motivado. O uso de expletivos no inglês, por exemplo, ilustra com clareza uma motivação de natureza unicamente formal.

Há uma competição entre motivações funcionais por transparência e por opacidade, extremamente reconhecida na pesquisa tipológica, que se traduziria, em termos de Du Bois (1985) por duas motivações funcionais em competição. A transparência se aplica, conforme os princípios discutidos acima, ao alinhamento entre os níveis pragmático e semântico, por um lado, e entre esses dois níveis e os dois níveis formais, por outro, isto é, o morfossintático e o fonológico. Desse modo, é possível distinguir um conjunto diversificado de fenômenos que, ao violar a transparência, torna mais opaca a relação entre forma e conteúdo, ativando, em consequência, a ausência de paralelismo entre os diferentes níveis da gramática.

Leufkens (2013) aponta três possibilidades de violação da transparência: redundância, desintegração de domínio e categorias formalmente motivadas, conforme mostra a Figura 3.

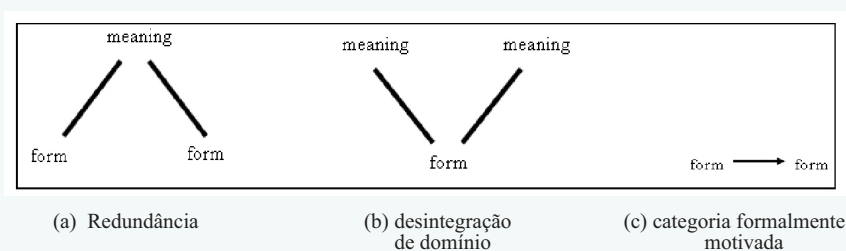


Figura 3 – Processos de violação de transparência (Leufkens, 2013: 326)

A redundância (a) compreende relações entre uma unidade de conteúdo e duas ou mais unidades formais. Uma das unidades formais é redundante porque poderia ser deixada de lado sem perda de significado. É o que ocorre, por exemplo, com a repetição morfossintática típica nos casos de concordância nominal e verbal, e, no Nível Interpessoal, com os casos de aposição, em que dois diferentes subatos fazem referência à mesma entidade semântica.

A desintegração de domínio (b) é um processo que viola a estrutura interna das unidades formais. Uma situação a que esse processo se aplica é a de fusão, como a amalgamação de morfemas de tempo e pessoa em *leva-va*, por exemplo. Esse processo provoca a convergência de duas ou mais unidades de conteúdo, tempo, modo e pessoa, em uma única unidade formal. Por outro lado, ocorre um exemplo de descontinuidade morfossintática na construção do inglês de (6), em que o modificador (*who is going to fix my car*) e o núcleo (*the man*) estão separados pelo verbo da principal (*is coming*); também ocorre na negação padrão do francês, descontinuada pela inserção do predicado verbal: *ne Pred pas*.

(6) The man is coming who is going to fix my car

O terceiro tipo de violação de transparência – categorias formalmente motivadas (c) – inclui todas as formas e relações formais que são completamente destituídas de motivação pragmática ou semântica, como por exemplo, a forma expletiva *there* do inglês em (7).

(7) There are various theories about the origin of the solar system

Leufkens (2013) lembra a aquisição tardia de gênero gramatical em holandês. Em razão de opacidade entre forma e conteúdo, a categoria gramatical de gênero é apenas completamente dominada pelas crianças por volta dos oito anos (Blom; Polišenská; Weerman, 2008). Evidências desse tipo indicam que relações de transparência constituiriam o ponto de partida da aquisição, e as relações de opacidade seriam adquiridas mais tardiamente.

3. Motivações semânticas e pragmáticas e a decodificação morfossintática das estratégias de relativização

Antes de iniciar a análise, façamos aqui um parêntese para introduzir conceitos teóricos adicionais da GDF em relação à ordenação dos constituintes.

A razão dessa descontinuidade reside no fato de que, como mencionado anteriormente, a inserção de pronome-cópia nas relativas de sujeito e de objeto pode representar um reflexo de construções simples de Tópico, chamadas por Kato (1996) de deslocamento à esquerda. A relevância metodológica dada pelo enfoque funcionalista à noção pragmática de Tópico requer uma discussão da relação entre a codificação morfossintática e atribuição da função de Tópico, o que tem muito a ver, tanto para Kato (1996) quanto para a GDF, com princípios de ordenação de constituintes.

Para a codificação morfossintática de ordenação, Hengeveld e Mackenzie (2008) postulam três posições disponíveis na oração para a inserção de constituintes: a posição inicial (P^I), a posição medial (P^M) e a posição final (P^F).

Postulam, ainda, uma segunda posição absoluta P^2 para cobrir fatores morfossintáticos de orações declarativas de línguas como o holandês, em que a P^I é reservada para o Sujeito e P^2 para o verbo finito. Em orações principais, caso haja um verbo auxiliar flexionado no holandês, este vai para P^2 e o verbo finito, para o final da oração; já em orações subordinadas, o verbo vai para P^F .

As duas posições periféricas P^I e P^F são psicologicamente salientes e extremamente relevantes para o processo de comunicação, enquanto a posição medial P^M é não somente menos saliente, mas também, de um ponto de vista estrutural, não pode ser considerada uma posição única, em razão do número variável de constituintes que uma Oração pode conter. Assim, os argumentos de um predicado com as funções de sujeito e de objeto pragmaticamente não marcadas são desenvolvimentos de P^M , que pode conter outras posições não absolutas, como P^{M-1} , P^{M-2} , P^{M-n} do lado esquerdo e P^{M+1} , P^{M+2} , P^{M+n} do lado direito.

Fechado o parêntese, consideremos a relativização da posição de oblíquo, contida em (8a-c) que licencia a estratégia de pronome relativo (8a), a de retenção pronominal (8b) e a de lacuna (8c).

- (8) a [ela escolhia [a roupa [d(e/a) qu(e/al) eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual.
- b [ela escolhia [a roupa [que eu gostava dela] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual.
- c [ela escolhia [a roupa [que eu gostava Ø] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes).

Como mostra (9) abaixo, a estratégia de retenção pronominal ou copiadora de (8b) maximiza o princípio de transparência entre forma e conteúdo pela preservação do Princípio de Integridade de Domínio. O fato de oblíquo ocupar a posição pós-verbal não provoca desintegração de domínio entre verbo e seu argumento. Essa situação implica uma relação de alinhamento entre os níveis Interpessoal e Representacional e o Morfossintático:

- (9) que eu gostava dela.
- | | | | |
|----------------|-----------------------------|----------------|-----------------------------|
| que | eu | gostava | dela |
| P ^I | P ^{I+1} (Tópico 1) | P ^M | P ^{M+1} (Tópico 2) |

Já a estratégia de pronome relativo de (8a), que, como o nome diz, é a única introduzida por pronome relativo propriamente dito, insere o núcleo retomado pelo oblíquo na posição P^I, que é pragmaticamente motivada por razões de topicidade. Apesar disso, carrega nos ombros o fardo cognitivo de violar o Princípio de Integridade de Domínio por separar o predicado e o argumento interno do SV, tornando opaca a relação forma e conteúdo.

Recorde-se que o Princípio de Integridade de Domínio requer que as categorias semânticas núcleo e modificador da relativa sejam morfossintaticamente contíguas. Para respeitá-lo, a relação representacional entre núcleos e modificadores deve ter uma codificação morfossintática tal que o modificador apareça adjacente ao núcleo e que o argumento apareça adjacente ao predicado verbal.

Voltemos agora a atenção para a estratégia de pronome relativo. Conforme demonstrado em (10), a posição P^I se desdobra em função da possibilidade de existir duplicidade de tópicos no mesmo sintagma nominal.

- | | | | |
|------|------------------------------------|--------------------------------------|----------------|
| (10) | A roupa da qual eu gostava. | | |
| | da qual | eu | gostava |
| | P ^I Tópico ¹ | P ^{I+1} Tópico ² | P ^M |

Parece, então, que o uso da estratégia de pronome relativo ou padrão tem uma finalidade praticamente estrutural,⁴ o que significa ter que despender excessivo esforço cognitivo em sua formulação, já que é possível ativar a mesma função tópica com uma codificação morfossintática com menor custo de produção e processamento.

Uma estratégia de retenção pronominal ou copiadora, como a de (8b) registra menor custo de processamento por questões de transparência entre forma e conteúdo. Cada unidade referencial aparece em sua posição canônica, no esquema S-V-O/Ob/OI, preferencial no português, de acordo com o Princípio de Integridade de Domínio.

A seleção da estratégia copiadora em detrimento da estratégia de pronome relativo é de fato funcional e cognitivamente mais eficaz. Licencia um conjunto muito maior de posições relativizadas, inclusive objeto de comparação, a mais baixa da HA de Keenan e Comrie (1977), como se vê em (11a). Essa posição não é licenciada quando se usa a estratégia de pronome relativo ou padrão (11b).

- | | | |
|------|---|--|
| (11) | a | O homem [que ninguém no bairro é maior do que ele] não conseguiu entrar no time de basquete. (adaptado de Dik 1997: 366) |
| | b | * o homem [mais alto do que quem ninguém no bairro era] não conseguiu entrar no time de basquete |

Outro ponto de resistência da copiadora está na diluição de ambiguidade das relações de correferência em relativas de pronome relativo, especialmente em certas configurações sintáticas de encaixamento,

4. Digo “praticamente estrutural” porque, em relativas, a posição P^I também é reservada para uma função pragmática, a de Tópico. Mas a relação de topicidade se dá por relação anafórica com o antecedente, que já é Tópico ou Foco em restritivas convencionais.

como as de (12), ilustradas por Lemle (1978), que passam a dispor de uma possibilidade adicional de correferência.

- (12) a Estou procurando a toalha que ele disse que secou.
b Estou procurando uma toalha_i. Ele_j disse que **ele_j** secou **essa toalha_i**.
c Estou procurando uma toalha_i. Ele disse que **essa toalha_i** secou.
b' Estou procurando a toalha_i que ele disse que secou **ela_i**.
c' Estou procurando a toalha_i que ele disse que **ela_i** secou. (Lemle 1978:84)

A forma sentencial ambígua de (12a) é a estratégia de pronome relativo, que dispõe de duas interpretações possíveis, representadas por (12b) e (12c). As relações argumentais, absolutamente transparentes na estratégia de retenção pronominal de (12b') e (12c') passam a corresponder exatamente às duas interpretações contidas em (12b) e (12c).

Essas evidências qualitativas confirmam a suposição de Tarallo (1983) de que os pronomes-lembrete tendem a ocorrer quando o falante perde a trilha, cognitiva, diga-se de passagem, do processamento sintático. A retenção pronominal tem a função de restaurar a sintaxe normal da relativa (Tarallo 1983: 101-102).

A tendência tipológica, detectada por Keenan e Comrie, (1977) permite formular a escala contida em (13), conforme grau de explicitação da codificação de relações gramaticais do núcleo nominal na oração relativa:

- (13) de lacuna > de pronome relativo > de retenção pronominal
(onde '>' significa 'menos explícito que')
(Adaptado de Song 2001: 227)

Uma hierarquia ainda mais refinada pode ser esboçada, se considerarmos que tanto relativas de sujeito quanto relativas de objeto, em português, são consideradas relativas de lacuna. Ao tratar da aquisição de relativas numa perspectiva incremental, O'Grady (2011) se refere a questões de processamento cognitivo para contrastar relativas de sujeito e relativas de objeto.

Como ambas são de lacuna, uma explicação plausível para a facilidade maior de processamento das relativas de sujeito em línguas de nome em primeiro lugar, como o inglês, que repasso ao português, reflete a interação sinérgica de dois fatores relevantes: a proeminência do sujeito e a distância entre o núcleo nominal antecedente da matriz e a lacuna na oração dependente (*filler-gap dependency*). Como mostram (14a) e (14b), uma relativa de sujeito tem não apenas o referente mais proeminente, mas também uma menor distância entre ele e a lacuna.

- (14) a O aluno [que__conhecia o professor.] (+ proeminente/ + próximo)
b O aluno [que o professor conhecia __.] (- proeminente/- próximo)

Uma relativa de oblíquo, como a de (8c), também de lacuna, como as de (14a-b), acaba recebendo o mesmo tratamento que a de objeto direto. Uma explicação plausível para esse tratamento se assenta no fato de que, além das considerações sociolinguísticas levantadas por Tarallo (1983), a informação de curtíssimo prazo, reiterada na posição de oblíquo, passa a implicar duplicação de forma, daí a lacuna. E, com efeito, *roupa* e *dela* ativam a violação do princípio de transparência, por conta da coexistência de duas formas com a mesma função em posições não contíguas, mas muito próximas dentro do enunciado.

Essa distribuição tipológica cria um instigante paradoxo: se a construção copiadora maximiza o grau de transparência e se, por conseguinte, é capaz de facilitar o processamento cognitivo, por que é evitada, no português, em favor da construção de lacuna? E por que, ademais, é preterida também na maioria das línguas do mundo?

É justamente na tensão entre duas motivações em competição, a motivação por economia e a motivação por integridade de domínio, que se assenta a resposta a essa questão, ao menos para o comportamento do português. Uma informação de curtíssimo prazo é reiterada na posição pós-verbal da dependente; nessa situação, a expressão de *roupa* e *dela* viola o princípio de transparência em razão da coexistência de um SN – o núcleo da matriz – e um SP, o oblíquo na oração dependente, que consistem em duas unidades formais para a mesma unidade de conteúdo. Essas duas formas estabelecem a mesma referência em posições não contíguas, ainda que muito próximas no enunciado.

O português admite ausência de manifestação fonológica de argumentos nas situações em que sejam suficientes as informações contextuais. Nesse caso, uma motivação em competição, o Princípio de Economia (Givón, 1985), sobrepuja outra, o Princípio de Integridade de Domínio (Haiman, 1983, 1985; Hengeveld; Mackenzie, 2008), tendo como principal consequência certo grau de opacidade entre unidades formais e unidades de conteúdo.

Embora a estratégia de retenção pronominal seja, como já mencionado, mais eficaz que a de pronome relativo, por licenciar um conjunto muito maior de relações gramaticais relativizadas, é comum atribuir ao valor de estigmatização social que ela veicula o bloqueio de sua seleção. A interpretação aqui fornecida se baseia na competição entre outras motivações, o princípio de integridade de domínio e o de economia. Penso ser possível, nesse caso, inverter a relevância das motivações em relação às externas: na realidade, é o princípio de economia que ativa o valor de estigmatização atribuído pelos usuários do português à construção de retenção pronominal.

Por outro lado, caso a reiteração de informação de curto prazo transforme a estigmatização da estratégia de retenção pronominal num problema incontornável, o último recurso que resta ao falante sociolinguisticamente sensível é apelar para a estratégia alternante de lacuna contida em (15).

- (15) A roupa que eu gostava.
- | | | |
|-------|------------------|---------|
| que | eu | gostava |
| p^I | p^{I+1} Tópico | p^M |

Como mostra (15), essa estratégia não dispõe de duplicidade de tópico como a padrão, nem manifestação fonológica do segundo argumento do predicado, como a construção de retenção pronominal.

4. Considerações finais

A evidência qualitativa discutida permite chegar a algumas generalizações produtivas. Pode-se afirmar, com efeito, que quanto mais direta a relação entre referência e codificação morfossintática, tanto

maior o grau de iconicidade e, portanto, de transparência. O grau maior de transparência é atributo da estratégia de retenção pronominal, como um reflexo da ordem SVO/Ob/OI, que ocorre canonicamente em construções declarativas simples. Portanto, se, por um lado, a seleção de diferentes estratégias de relativização pode ser motivada pelo grau menor ou maior de transparência entre forma e conteúdo, por outro, o grau de transparência é diretamente proporcional à facilidade de processamento cognitivo.

Na posição média aparece a estratégia de pronome relativo justamente por codificar morfossintaticamente os dois SNs correferenciais que a constituem. Numa sequência que viola, no entanto, o Princípio de Integridade de Domínio, ao romper a adjacência entre as unidades do sintagma verbal, o predicado e o argumento interno.

A construção que apresenta o menor grau de transparência é a de lacuna, justamente a estratégia de uso mais frequente. É possível creditar a essa frequência a atuação do Princípio de Economia, que se revela mais relevante ao usuário que Princípio de Iconicidade, já que a codificação morfossintática da estratégia de lacuna elimina um constituinte pragmática e semanticamente redundante. Esse fenômeno comprova, por fim, que a escolha das diferentes estratégias é determinada por motivações funcionais em competição.

Em decorrência dessas generalizações, é possível postular, na Figura 4, a existência de uma escala das estratégias de conformidade com a gradação na facilidade de processamento.

DE RETENÇÃO PRONOMINAL > DE PRONOME RELATIVO > DE LACUNA

Figura 4 – Graus de transparência/opacidade na seleção das estratégias de relativização

Se, como vimos, a seleção de uma construção relativa obedece a princípios conflitantes, ou motivações em competição (Du Bois, 1985), a preferência por uma estratégia na relativização de posições preposicionadas indica também graus diferentes de transparência entre forma e conteúdo.

Isso comprova que é possível, por um lado, situar as motivações para a seleção de estratégias de relativização ao longo de uma escala entre clareza referencial e economia. A variação disponível, aqui localizada na dimensão fornecida pelas diferentes estratégias de relativização, não pode ser definida, “como um processo evolutivo unidirecional rumo a um estado final ideal, mas antes uma constante e dinâmica tentativa para manter o equilíbrio entre simplificação (economia) e elaboração (iconicidade)” (Furtado da Cunha 2001:16).

Recebido em novembro de 2014

Aprovado em outubro de 2015

E-mail: camacho@sjrp.unesp.br

Referências bibliográficas

- BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. 2006. *Corpora* comparáveis e variação lexical nas variedades africanas do português. *Alfa*, 50 (2):189-204.
- BLOM, E.; POLIŠENSKÁ, D.; WEERMAN, F. 2008. Articles, adjectives and age of onset: the acquisition of Dutch grammatical gender. *Second Language Research* 24: 297-331
- BRITO, A.M. 1991. *A sintaxe das orações relativas em Português*. Porto: Instituto Nacional de Investigações Científicas.
- _____; DUARTE, I. 2003. Orações relativas e construções aparentadas. In: M.H. M. Mateus et alii, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. p. 653-694.
- COMRIE, B. 1989. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell.
- DIK, S.C. 1997. *The theory of Functional Grammar*. (Edited by Kees Hengeveld). Berlin: Mouton de Gruyter. (Part II: Complex and Derived Constructions).
- DU BOIS, J. 1985. Competing motivations. In: J Haiman (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 43-65.
- FARIA, I. H.; DUARTE, I. 1989. O paradoxo da variação: aspectos do Português Europeu. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 1: 21-27.
- FURTADO DA CUNHA, M.A. 2001. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. *D.E.L.T.A.*, 17(1):1-30.
- GIVÓN, T. 1980. The binding hierarchy and the typology of complements. *Studies in Language*, 4 (3): 333-377.

- _____. 1985. Iconicity, isomorphism and nonarbitrary coding in syntax. In: Haiman, J. (ed.). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins. p.187-219.
- HAIMAN, J. 1983. Iconic and economic motivation. *Language*, 59: 781-819.
- _____. 1985. The iconicity of grammar. *Language*, 56: 515-540.
- HENGEVELD, K. 2011. Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. *Linguistics in Amsterdam*. (Special issue: Transparency in Functional Discourse Grammar). 4(2): 1-22.
- HENGEVELD, K.; J. L. Mackenzie. 2008. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press.
- KATO, M.A. 1981. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. *Estudos Linguísticos*, 5: 1-16.
- _____. 1996. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: Roberts, I. & Kato, M.A. *Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 223-261.
- _____, BRAGA, M.L. et alii. 1996. As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: I. G. V. Koch (org.). *Gramática do português falado*, vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp. p. 303-368.
- KEENAN, E. 1985. Relative clauses. In: T. Shopen, T. (ed.). *Language typology and syntactic description*. V. 2: Complex Constructions. Cambridge: University Press. p. 141-70.
- KEENAN, E; B. Comrie. 1977. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, 8: 63-99.
- LEMLE, M. 1978. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo Brasileiro*, 53/54: 60-94.
- LEUFKENS, S. 2013. The transparency of creoles, *Journal of Pidgin and Creole Languages*. 28(2): 323-362.
- LONGO, B.N.O. et alii. 1994. A relativização no português culto. *Alfa*, 38: 165-180.
- MOLLICA, M.C. 1977. *Estudo da cópia em relativas em português*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica. Inédita.
- _____. 1997. Anáforas em relativas no português do Brasil. *Alfa*, 41(n. esp): 171-179.
- O'GRADY, W. 2011. Relative clauses. Processing and acquisition. In: E. Kidd (ed.). *The acquisition of relative clauses*. Processing, typology and function. [Trends in Language Acquisition Research 8], Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 13-38.

- RAPOSO, E. 1992. *Teoria da Gramática*. A faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho.
- SONG, J. S. 2001. *Linguistic typology. Morphology and syntax*. London: Longmans.
- TARALLO, F. 1983. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado em Linguística) - University of Pennsylvania, Philadelphia. Inédita.